

Data: 26 de junho de 2024

Horário: de 18h30 às 21h30

Link de acesso: <https://us02web.zoom.us/j/86033861921?pwd=ZyqppqReghs1t6lq4vqC5kxcMcOukxb.1>

A Prefeitura de Contagem, em parceria com o ICLEI América do Sul, está desenvolvendo a Conformidade Climática. Integra essa iniciativa: (1) a instituição do sistema de governança climática; (2) a análise do perfil de emissões de gases de efeito estufa; (3) a análise dos riscos e vulnerabilidades climáticas que podem afetar o território e a população; (4) o planejamento das ações, objetivos e metas de mitigação, adaptação e participação social para enfrentamento da crise climática a nível local; e (5) a estruturação da normativa para implementação e gestão dessas ações.

Durante todo o processo, em especial para a elaboração do Plano de Ação Climática, é fundamental a participação e a contribuição dos diversos setores da sociedade. Nesse sentido, são objetivos desta Oficina: (1) contextualizar os participantes sobre o tema das mudanças do clima e da emergência climática; (2) informá-los a respeito do desenvolvimento das etapas da Conformidade Climática; (3) apresentar uma síntese dos estudos que estão sendo elaborados; e (4) coletar contribuições para a construção da lista longa de ações do Plano de Ação Climática.

Para facilitar o acompanhamento desta atividade, elaboramos e disponibilizamos abaixo um **resumo não extensivo das ações que a Prefeitura de Contagem já vem implementando e que apresentam sinergia com a agenda climática**. Essa listagem será uma das referências que utilizaremos para traçarmos o caminho para a ação climática, discutindo possibilidades de ampliação, intensificação e superação de desafios com relação às iniciativas municipais.

1997 | A operacionalização do **Aterro Sanitário Municipal Perobas**, promoveu a destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos do município, seguindo as diretrizes dos órgãos ambientais competentes.

2002 | Foi sancionada a Lei que dispõe sobre o programa **Desenvolvendo Contagem**, que tem o objetivo de fomentar a implantação de novas empresas no município ou a ampliação de empresas já existentes.

2003 | Foi sancionada a Lei que institui o Programa de Coleta Seletiva de Lixo. Atualmente, o **Programa Municipal de Coleta Seletiva dos Resíduos Potencialmente Recicláveis** atende 40% do território municipal. A meta é ampliar o Programa para atender 100% do território até o ano de 2036.

| Foi sancionada a Lei que dispõe sobre a **Política Municipal do Meio Ambiente**, seus objetivos e os mecanismos de aplicação. O Sistema Municipal do Meio Ambiente foi estruturado, indicando atribuições para o Conselho do Meio Ambiente de Contagem (COMAC) e para a Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD).

São temas de destaque: a proteção dos recursos naturais, o controle das fontes de poluição e o licenciamento ambiental. Além disso, foram definidas infrações e penalidades.

2006 | Foi sancionada a Lei que indica os princípios fundamentais, objetivos e beneficiários da **Política Municipal de Fomento à Economia Popular Solidária**. Além disso, foram indicados os instrumentos de implementação. São temas de destaque: a incubação de empreendimentos de economia popular e solidária, o monitoramento e avaliação da Política e os recursos e a integração com outras políticas. Também cria o Fundo Municipal de Trabalho e Renda Solidária e o Conselho Geral Gestor (CGG). Por fim, dispõe sobre o selo de economia solidária (Selo Solidário). Atualmente, a Subsecretaria de Trabalho e Geração de Renda desenvolve **ações de qualificação profissional e de educação ambiental, focadas na reutilização e na reciclagem**.

| Foi sancionada a Lei que dispõe sobre a criação da Autarquia Municipal de Trânsito e Transportes de Contagem (TRANSCON), sua organização, finalidades e competências. Além disso, dispõe sobre o Fundo Municipal de Transporte e Trânsito (FMTT) e sobre o Conselho Municipal de Transporte.

2007 | Foi sancionada a Lei que dispõe sobre a política municipal de **reassentamento de famílias residentes no município de Contagem, removidas em função de obras públicas ou situações de risco**, e regula o Programa Bolsa Moradia e o Programa de Reassentamento Monitorado (REMO), destinados às famílias sem condições de retornar à moradia de origem, em caráter temporário ou definitivo.

| Foi sancionada a Lei que dispõe sobre o Fundo Municipal de Meio Ambiente, com o objetivo de financiar projetos que fomentem a Política Municipal de Meio Ambiente.

2008 | Foi sancionada a Lei que institui e organiza o Sistema Municipal de Ensino. Recentemente, com a revisão da concepção pedagógica da Educação Infantil e a promoção de vivências práticas de ensino, **o Município reduziu 60% do consumo de papel em todos os CEMEs**. Além disso, as pautas ambientais e climáticas são tratadas de forma transdisciplinar, perpassando todo o currículo.

2009 | Foi sancionada a Lei que dispõe sobre a política e as diretrizes do **Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SIMSANS)**, composto pelas: Conferências, o Conselho, o Fundo de Segurança Alimentar e Nutricional (FUMSAN), conforme dispõe a Lei 3.944/ 2005, Microrredes locais e a Coordenadoria de Segurança Alimentar Nutricional e Abastecimento (COAAB). Atualmente, a Subsecretaria de Segurança Alimentar apresenta duas frentes de trabalho, que incluem diversos projetos e ações: **abastecimento alimentar e agricultura urbana e familiar**.

- 2010** | Foi sancionada a Lei que institui o Programa de Educação Integral e Integrada, que visa fomentar atividades socioeducativas extraclasse. Atualmente, o Programa desenvolve **ações de educação ambiental** e patrimonial para cerca de 10% dos estudantes da rede municipal. A meta é ampliar o Programa para 50% dos estudantes.
- | Foi sancionada a Lei que dispõe sobre os princípios e diretrizes gerais da **Política Municipal de Saneamento Básico**, do exercício da titularidade dos serviços de saneamento básico e das infraestruturas e instalações operacionais do saneamento básico, entre eles: o abastecimento de água potável, o esgotamento sanitário, a limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos e a drenagem e manejo de águas pluviais urbanas. O Sistema Municipal de Saneamento Básico foi estruturado a partir dos seguintes instrumentos: Plano, Conferência, Conselho, Fundo e o Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico.
- Entre as **ações prioritárias referentes aos aspectos ambientais e de saneamento, definidas no Novo Plano Diretor (2023)**, estão: elaboração de plano de ação de esgotamento sanitário da bacia de Vargem das Flores; acompanhamento e fiscalização da implantação do plano de ação de esgotamento sanitários da bacia da Pampulha; regulamentação de pagamento por serviços ambientais; criação de programa especial de fiscalização ambiental e urbanística nas bacias Vargem das Flores e do Bom Jesus; elaboração de estudo para tratamento e disposição final de resíduos sólidos; atualização do plano municipal de saneamento; e elaboração de plano municipal de drenagem urbana.
- 2011** | Foi sancionada a Lei que dispõe sobre a **Política Municipal de Assistência Social**, indicando atribuições para o Conselho Municipal de Assistência Social de Contagem (CMASC) e para o Fundo Municipal de Assistência Social.
- 2013** | O programa **Sistema Integrado de Mobilidade (SIM)** envolve um conjunto de intervenções que vêm sendo executadas a fim de promover maior integração entre as regionais do município e a sustentabilidade da mobilidade urbana.
- 2014** | Alinhada com a Política Nacional de Resíduos sólidos, foi sancionada a Lei que dispõe sobre a política e as diretrizes da Limpeza Urbana, em especial as atividades com relação aos resíduos sólidos urbanos (entre elas: remoção de bens inservíveis; remoção de entulho de obras e de resíduos de poda; e reciclagem). Dispõe sobre as diretrizes com relação aos **Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS)**, que devem ser elaborados pelos empreendimentos classificados como *grandes geradores*. São temas de destaque: o sistema de logística reversa, a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e a educação socioambiental. Além disso, foram definidas infrações e penalidades.
- Entre os benefícios da elaboração, análise, aprovação e implementação dos PGRS, está a destinação adequada de resíduos, promovendo o aumento da vida útil do Aterro Sanitário e a doação de recicláveis para as Associações de Catadores.

Desde o início do ano de 2022, foram emitidas mais de 5 mil notificações sobre irregularidades no acondicionamento, armazenamento e/ou descarte de resíduos sólidos diversificados em logradouros e espaços públicos do município.

2015 | Foi criado o Comitê Gestor de Dados Espaciais de Contagem, no âmbito da implementação do Plano de Governança de Dados Espaciais de Contagem e do Sistema de Informação Geográfica Municipal (SIGM), denominado **GeoContagem**.

| Foi aprovado o **Plano Municipal de Educação (PME)**, com duração de 10 anos. Entre as instâncias de monitoramento da execução do PME, está o Conselho Municipal de Educação de Contagem (CMEC) e o Fórum Municipal de Educação de Contagem (FMEC).

| Foi criado o projeto **Contagem das Nascentes**, com o objetivo de recuperar e preservar esses pontos de água dentro da cidade. São realizadas ações de cadastro, georreferenciamento, fiscalização e educação ambiental e os proprietários dos terrenos onde as nascentes brotam são incentivados a cuidar e a preservá-las, podendo receber descontos no IPTU.

2016 | Foi sancionada a Lei que institui o **Plano de Mobilidade Urbana (PlanMob)**, apresentando diretrizes de estrutura urbana, do sistema viário, do transporte coletivo e comercial de passageiros, da logística urbana, da educação para a mobilidade e da gestão do Plano.

Entre as **ações prioritárias referentes à mobilidade, definidas no Novo Plano Diretor (2023)**, estão: a atualização do PlanMob e a elaboração do Plano de Mobilidade Ativa.

| Foi criado o Comitê Gestor Todos Contra o Mosquito. Entre as atribuições do grupo, estava a elaboração do **Plano Emergencial de Combate ao Vetor *Aedes aegypti***, aprovado em 2017, para enfrentamento das arboviroses urbanas nos anos de 2017 e 2018.

2018 | Foi criado o **Comitê Gestor dos Distritos Industriais (COGEDI)**.

| Foi sancionada a Lei que dispõe sobre o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CODECON). Entre as suas atribuições, está a fiscalização do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico.

| Foi sancionada a Lei que dispõe sobre a proibição do fornecimento e utilização de canudos plásticos por restaurantes, bares, lanchonetes e ambulantes.

| Foi sancionada a Lei que institui a **Política de Inovação e Apoio ao Setor Produtivo**, operacionalizada pelo Sistema Municipal de Inovação (SMI), o Programa de Desenvolvimento de Contagem (PRODEC), o Programa de Incentivo à Inovação de Contagem (PRIIC) e o Programa Laboratório de Inovação de Contagem (Contagem LAB). Além disso, destaca incentivos e benefícios fiscais e a marca *Contagem - Cidade do Futuro*.

- 2019** | Foi sancionada a Lei que dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Educação (FME).
- 2020** | Foi publicado o **1º Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa de Contagem**, tendo como referência o ano de 2018.
- 2021** | Foi criado o **Comitê Gestor de Área de Risco (CGAR)**, com o objetivo de planejar, coordenar, supervisionar e deliberar sobre as ações necessárias à prevenção e intervenção emergencial em situações de risco.
- Outra frente de trabalho da Defesa Civil Municipal são os **Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (Nupdecs)**. Atualmente, são 32 núcleos ativos, responsáveis pela capacitação da sociedade civil para o trabalho voluntário de conscientização sobre riscos.
- | Por meio do **Programa DaCris (Defesa Ativa para Controle de Riscos)**, vêm sendo atualizados os mapas hidrológico e geológico do município, referências para ações de acompanhamento e monitoramento com o objetivo de reduzir tragédias e danos relacionados ao risco de inundações e deslizamentos.
 - | Foi criado o programa **Trama Verde**, integrando políticas públicas para a recuperação e manutenção de áreas verdes urbanas que apresentam riscos hidrológicos ou geológicos e para a prevenção de desastres.
 - | Foi criado o **Fórum Permanente de Desenvolvimento Sustentável**, com o objetivo de *receber, discutir e deliberar sobre as demandas e temáticas relacionadas às políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento sustentável*.
 - | Foi sancionada a Lei que institui a **Política Municipal de Inclusão Social e Ambiental da Juventude** e o Programa Agente Jovem Ambiental (AJA).
 - | Foi sancionada a Lei que institui o **Programa de Incentivo à Prática de Compostagem de Resíduos Orgânicos em Domicílios, Instituições Públicas e Privadas, e Condomínios Residenciais**.
 - | Desde 2021, a equipe de participação popular da TRANSCON desenvolve ações em diálogo com a comunidade, em especial, **intervenções de urbanismo tático**, que promovem a mobilidade ativa. Além disso, em conjunto com as Administrações Regionais e com a Defesa Civil Municipal, as áreas de risco hidrológico ou geológico estão sendo sinalizadas.
 - | Desde 2021, foram realizadas mais de 3 mil **ações de fiscalização**, entre elas, a Operação de Proteção Vargem das Flores, com o objetivo de coibir e desarticular desmatamentos e loteamentos irregulares, além de monitorar áreas degradadas.

- 2021** | Entre os anos de 2021 e 2022, foram executadas 67 ações para desassoreamento de córregos do município no âmbito do programa **Caminho das Águas**. O Programa, ainda vigente, tem por objetivo a redução dos riscos de inundações e o combate à proliferação de animais peçonhentos e doenças infecciosas.
- 2022** | Foi sancionada a Lei que regulamenta o **Programa de Implementação de Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social** e foi criado o Comitê de Acompanhamento do Programa.
- Entre as **ações prioritárias referente à habitação, definidas no Novo Plano Diretor (2023)**, estão: regulamentação e retomada do Programa Municipal de Regularização Fundiária e Edilícia; atualização do Plano Municipal de Habitação de Interesse Social e do Plano Municipal de Redução de Riscos; e atualização da Política Municipal de Habitação de Interesse Social (PMHIS).
- | Foi sancionada a Lei que dispõe sobre os princípios, conceitos, diretrizes, objetivos e metas da **Política de Sustentabilidade e de Enfrentamento das Mudanças Climáticas**. Também dispõe sobre a gestão e instrumentos institucionais de apoio e incentivo e sobre a Premiação e Certificação em Sustentabilidade Ambiental de Contagem.
 - | Foram sancionadas as Leis que dispõem sobre a **Política de Incentivo e Fomento a Hortas Comunitárias e Quintais Produtivos Agroecológicos**, a **Política Municipal de Incentivo e Fomento às Feiras Livres de Produtos Orgânicos** e a **Política Municipal de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar**.
 - | Foi sancionada a Lei que dispõe sobre o Conselho Municipal de Saúde de Contagem (CMSC) e institui instâncias permanentemente deliberativas. Entre as suas atribuições está a participação na elaboração da proposta para o Plano de Aplicação dos Recursos do Fundo Municipal de Saúde.
 - | Foi instalado o primeiro jardim de chuva na cidade, na Praça Presidente Tancredo Neves. Esta obra faz parte do programa INTERACT-Bio, implementado pelo ICLEI, com o objetivo de *melhorar o uso e a gestão da natureza nas cidades, por meio de **Soluções Baseadas na Natureza (SBN)***. O projeto ainda deve ser reproduzido em outros pontos críticos da cidade, já tendo sido instalado o segundo jardim de chuva, na Praça Paulo Pinheiro Chagas.
 - | Foi instalada a primeira **Usina de Energia Solar** em prédios públicos de Contagem, com 80 painéis solares, na sede da SEMAD. Ainda há o projeto de instalação de outras quatro, sendo uma delas na sede da Prefeitura, outra no Centro de Referência de Coleta Seletiva e nos parques municipais Amendoeiras e Tropical. Além disso, o Município participa do Programa de Transição Energética nas Cidades (PTEC), implementado pelo ICLEI, com o objetivo de *habilitar e orientar os governos locais a elaborarem projetos financiáveis para a geração de energia solar*.

Com relação à rede de ensino municipal, os projetos para os novos CEMEIs, preveem a instalação de usinas fotovoltaicas e a ampliação das áreas permeáveis. De acordo com a infraestrutura das demais unidades já existentes, a meta é ampliar a instalação das usinas.

2022 | O projeto **Verdejar Contagem** *promove ações de plantios no período chuvoso, visando a reposição das árvores cortadas em logradouros públicos, diante da realização do manejo preventivo.* A meta para o ano de 2024 é o plantio de 8 mil mudas.

| Foi concluída a **IV Conferência Municipal de Política Urbana**, que teve como principal objetivo discutir questões que subsidiaram a revisão do Plano Diretor.

2023 | Foi realizada a **V Conferência Municipal de Segurança Alimentar Nutricional e Agroecologia**, com o objetivo de promover a construção participativa do III Plano Municipal de Segurança Alimentar, Nutricional e Agroecologia.

| Foi sancionada a Lei que dispõe sobre o Conselho Municipal de Defesa Social (CMDS) e o Fundo Municipal de Defesa Social (FMDS).

| Foi criado o **Comitê Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CISANS)**, com o objetivo de promover a integração dos órgãos e entidades municipais e desenvolver políticas públicas transversais que garantam o direito humano à alimentação adequada e práticas alimentares sustentáveis que contribuam para a resiliência climática.

| Foi aprovado o **Novo Plano Diretor**, instituindo princípios, objetivos e diretrizes para o ordenamento territorial, instrumentos de implementação e Sistema de Gestão Urbana Participativa, composto pelo Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR), Conferência Municipal de Política Urbana e pelo Fundo de Desenvolvimento Urbano (FMDU).

| Foi publicado o **Plano de Contingência de Proteção e Defesa Civil (PLANCON)** para enfrentamento a desastres nos anos de 2023 e 2024. A meta do Município é realizar a atualização do documento anualmente.

| Foi sancionada a Lei que dispõe sobre o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil (CMPDC) e sobre o Fundo Municipal de Defesa Civil (FMDC).

| Foi sancionada a Lei que institui a **Política Municipal de Participação Popular e Cidadã (PMPPC)** e o Sistema Municipal de Participação Popular e Cidadã de Contagem (SMPPC).

| O programa **Contagem Mais Limpa** tem por objetivo *promover a conscientização da comunidade sobre a importância da coleta seletiva e da adoção de práticas sustentáveis, a fim de reduzir a quantidade de resíduos e facilitar o trabalho dos profissionais envolvidos na remoção manual.* Entre os serviços executados, estão: capina e roçada, coleta domiciliar, coleta

seletiva, varrição, remoção mecanizada, remoção manual e ecopontos. Além disso, fazem parte deste programa: as ações de informação, mobilização e educação para limpeza urbana, a valorização do servidor e o projeto **Ponto Limpo, Ponto Verde**.

Desde o início do Programa, foram mobilizados mais de 50 mil domicílios e estabelecimentos comerciais e foram abordados mais de 14 mil munícipes em eventos e campanhas educativas itinerantes. No último ano, foram implantadas 4 áreas do projeto Ponto Limpo, Ponto Verde. Entre as metas relacionadas à limpeza urbana, está a destinação de mais áreas públicas que sofrem com o descarte irregular de resíduos.

2023 | Foi criado o programa **Com-Vidas nas Escolas**, com o objetivo de oferecer a assessoria técnica da SEMAD para o desenvolvimento de projetos socioambientais que serão construídos a partir da realidade e demanda das escolas e das Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida, formadas com a participação de estudantes, funcionários, professores e representantes da comunidade.

2024 | Foi publicada a 2ª edição revisada e atualizada do **Mapeamento dos Povos e Comunidades Tradicionais de Contagem (MG)**, com o objetivo de *subsidiar as secretarias e órgãos da gestão municipal com informações sobre as comunidades tradicionais para a avaliação, monitoramento e redefinição da política pública com foco nestas comunidades.*

| Foi declarada *situação de emergência em saúde pública, em razão da elevação de casos de Dengue, Zika Vírus e Chikungunya, acima do limite esperado.*

Entre os meses de fevereiro a abril, foram executados 67 mutirões de limpeza e coletados 114.410 ton. de resíduos, atendendo 138 mil domicílios em **ações de enfrentamento e combate à proliferação de vetores de arboviroses urbanas (dengue, zika e chikungunya)**. Também foi realizada a locação de drones com o objetivo de identificar possíveis focos e dispensar larvicidas nos locais de difícil acesso, onde os Agentes de Combate às Endemias não conseguem chegar. Além disso, foram realizadas visitas e ações de conscientização, fiscalização e notificação dos proprietários e moradores de locais potencialmente perigosos para a proliferação do *Aedes aegypti* e foram disponibilizados boletins informativos personalizados por regional.

| Como resultado da primeira etapa do projeto Conformidade Climática (Governança Climática), em parceria com o ICLEI, foi criado o **Comitê Municipal de Diálogo Ampliado**, com o objetivo de *debater, compartilhar informações e subsidiar o Município na formulação e desenvolvimentos das políticas de sustentabilidade e redução dos impactos decorrentes das interferências antrópicas sobre o sistema climático.*

| Foi sancionada a Lei que dispõe sobre a criação da Autarquia Municipal de Parques e Praças de Contagem (PARC). O Município vem investindo em **ações de revitalização e manutenção dos espaços verdes, parques e praças**. Atualmente, existem 13 Comitês Gestores de Acompanhamento de Praças e Parques. A melhoria das estruturas físicas e as atividades de educação ambiental ofertadas vêm promovendo o aumento do número de visitantes.

